



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011904-46.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **CASSIO HENRIQUE JORGE**
 Requerido: **Goodyear do Brasil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido quatro pneus fabricados pela ré com cinco anos de garantia a seu propósito.

Alegou ainda que em viagens que efetuou com o passar do tempo eles foram um a um estourando, dando a ré quando instada a manifestar-se sobre isso resposta padronizada de que não teria responsabilidade pelos eventos.

Almeja à restituição do valor pago pelos produtos.

As preliminares arguidas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Isso porque a realização de perícia não seria imprescindível à decisão da causa, como adiante se verá, sem embargo de se reconhecer que a medida poderia ser útil.

De outra banda, não se cogita da decadência reclamada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A hipótese dos autos não concerne a vícios aparentes ou de fácil constatação e sim a problemas que eclodiram sem que pudessem ser sequer previstos pelo autor.

Vigorava quando de sua ocorrência a respectiva garantia de cinco anos, de sorte que o art. 27 do CDC rege o prazo para a propositura da ação.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, as compras mencionadas a fl. 01 estão respaldadas nos documentos de fls. 03/14, não tendo a ré as impugnado na peça de resistência de forma concreta e específica.

De igual modo, restou incontroverso que o prazo de garantia dos produtos era de cinco anos.

Já a fls. 15/17 constam as respostas dadas pela ré às reclamações que lhe foram dirigidas pelo autor quando dos problemas havidos com três dos quatro pneus adquiridos, cumprindo notar que quando o primeiro estourou o autor não tomou iniciativa semelhante por acreditar que pudesse ter derivado de motivo alheio à ré.

Assim posta a questão debatida, e não manifestando as partes interesse no alargamento da dilação probatória (o despacho de fl. 105 expressamente consignou que a distribuição do ônus da prova seria realizada de acordo com a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC), reputo que a pretensão deduzida merece prosperar.

Isso porque se é aceitável que um pneu possa estourar em uma viagem, o mesmo não se dá quando isso sucede consecutivamente com quatro.

Para agravar ainda mais a situação, a ré deu a mesma justificativa para os três casos que lhe foram apresentados, destacando que todos promanaram da baixa pressão/sobrecarga nos pneus (fls. 15/17).

Em contestação, ela consignou que as análises que realizou se deram em conformidade com padrões internacionais e utilização de procedimentos e equipamentos adequados para tanto (fl. 46, segundo parágrafo).

Deixou de apresentar, porém, um só indício a esse respeito, nada havendo a levar à ideia de que em todas as ocasiões procedeu aos exames aludidos.

Bem por isso, não vislumbro a partir dos isolados documentos de fls. 15/17 base minimamente segura para definir como causa em todos os eventos que contemplaram a baixa pressão/sobrecarga dos pneus, não se sabendo com precisão, aliás, qual delas teria dado ensejo ao resultado apurado.

A ré reunia plenas condições técnicas para desde já patentear como fez a análise dos produtos enviados pelo autor e, de maneira individualizada, apontar em cada um deles o que teria causado o seu respectivo estouro.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

À míngua de dados concretos nesse sentido, conclui-se que ela não se desincumbiu do ônus de eximir-se da responsabilidade objetiva que lhe toca quanto ao tema.

Por outras palavras, e levando também em consideração que nenhum dado objetivo denota a culpa exclusiva do autor por todos os fatos que descreveu, pode-se definir que houve vício na fabricação dos produtos que propiciaram o estouro de todos eles quando o autor implementava viagens em oportunidades diversas.

Ela, assim, deverá restituir ao mesmo o valor pago pelos mesmos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.392,00, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso das somas que a compuseram (R\$ 1.138,00 desde 19/02/2011 e R\$ 1.254,00 em 23/04/2011), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**